

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025.

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Alim Maluf Neto**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, para **Registro de Preço**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, regida pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 04/07/2025.

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília)

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

- 1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.
- 1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

- 2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), na plataforma BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdu.org.br).
- 2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.
- 2.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do processo seletivo na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 3.1. O presente processo seletivo tem como objeto o Registro de preço para eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital.
- 3.2. O valor estimado do objeto desta licitação possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.3. O caráter sigiloso do valor estimado para a contratação está fundamentado na Política de Compras da CBDU, com o intuito de propiciar propostas mais econômicas e competitivas no certame. O valor estimado para esta contratação será tornado público apenas e, imediatamente, após o encerramento do envio dos lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

- 4.1. As especificações encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.
- 4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET e as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

5. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

- 5.1. As informações quanto ao local e prazo de entrega encontram-se previstas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar do presente processo seletivo pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste certame e que atendam a todas às condições estabelecidas neste edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 6.2 A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato ou outro documento equivalente, conforme o caso.
- 6.3 Como requisito para a participação neste Pregão, a empresa participante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:
 - a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos;
 - b) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, Art.7º, inciso XXXIII;
 - c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e no art. 5º, III, todos da CRFB;
 - d) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - e) a proposta foi elaborada de forma independente; e
 - f) o serviço é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 6.4 Estarão impedidas de participar deste processo seletivo pessoas jurídicas que:
 - a) não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- b) estejam suspensas de participar de processos seletivos de contratação ou contratar com CBDU, suas Sociedades, Associações e Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico a ele filiadas, durante o prazo da sanção aplicada;
 - c) incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
 - d) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
 - e) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
 - f) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - g) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - h) empregados da CBDU.
- 6.5 A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.
- 6.6 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.
- 6.7 Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- 6.8 A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.
- 6.9 O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.
- 6.10 A participação no presente processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto deste processo, quanto ao prazo de entrega e de validade das propostas e da forma de pagamento.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 7.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar ESCLARECIMENTOS e/ou IMPUGNAR o presente processo seletivo, através da plataforma da BBMNET.
- 7.2. O prazo para impugnação deste Edital é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.
- 7.3. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a CBDU.
- 7.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.

- 7.5. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DO CREDENCIAMENTO

- 8.1 Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 8.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.
- a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- c) A CBDU não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.
- 8.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 8.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 9.1. As empresas participantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, em campo próprio, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **sem identificação**, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.1.1. Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 9.2. A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e/ou na Política de Compras da CBDU.
- 9.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras serão de responsabilidade exclusiva da empresa participante, não cabendo qualquer responsabilidade à CBDU, inclusive pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.

- 9.4. A apresentação da proposta financeira implicará em plena aceitação, por parte da empresa participante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 9.6. É facultada, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Nos casos de erros formais, vícios sanáveis, é obrigatória a realização da diligência.
- 9.7. Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, por comando do Pregoeiro.
- 10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 10.3. Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando fundamentadamente e com registro no sistema aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.
- 11.3. Será desclassificada a proposta que identifique a empresa participante **antes da fase de lances**.

12. DA FASE COMPETITIVA

- 12.1. Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.
- 12.2. As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.
- 12.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 12.4. Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais, vedada a identificação do detentor do lance

- 12.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas participantes para a oferta dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.7. Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 22, inciso I da Política de Compras da CBDU.
- 12.8. Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço por item**.
- 13.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 13.3. **Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado.** Se o valor da proposta ou do lance final for superior ao valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em valor igual ou inferior ao do estimado. Caso a empresa participante não aceite, será desclassificada e convocada a empresa participante subsequente.

14. DA NEGOCIAÇÃO

- 14.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 15.1. O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta Financeira adequada ao último lance, devendo a mesma conter todas as informações previstas no item 15.5 deste Edital.
 - 15.1.1. A empresa participante deverá encaminhar a documentação por meio da plataforma do sistema eletrônico em arquivo único, no prazo de até 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da documentação.
- 15.2. A empresa convocada deverá informar ao Pregoeiro, dentro do prazo previsto no subitem 15.1.1, caso enfrente dificuldade em atender à convocação. Neste caso, será concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
 - 15.2.1. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar e-mail institucional (selecao@cbdu.org.br), caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.

- 15.2.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional selecao@cbdu.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.
- 15.3. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 18.11 deste Edital.
- 15.4. A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:
- a) prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
 - b) preços unitário e total do item, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Os valores ofertados não poderão conter dízimas;
 - c) declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas incluídas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.
 - d) o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta;
 - e) descrição detalhada de todas as características do produto ofertado, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.
 - f) catálogo do produto ofertado pela empresa participante, constando modelo, marca (se couber) e especificações.
- 15.5. Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.
- 15.6. Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.
- 15.7. Caso haja o vencimento da validade da Proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologado, adjudicado e o contrato ou outro documento equivalente assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa participante, na data do vencimento da Proposta Financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.
- 15.8. Aceita a proposta, a empresa detentora do menor preço será convocada, no mesmo prazo indicado no no subitem 15.1.1, para enviar a documentação de habilitação exigida no item 16 do Edital.
- 15.9. Quando necessários, os documentos complementares à confirmação daqueles exigidos

neste Edital e já apresentados, poderão ser solicitados pelo Pregoeiro.

- 15.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 15.11. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.13. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.14. Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 15.15. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 15.16. Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 15.17. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 15.18. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 15.19. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.
- 15.20. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.
- 15.21. Poderá ser desclassificada a proposta de preços manifestamente inexequíveis.
 - 15.19.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados para cada item.
 - 15.19.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.

- 15.19.3. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 15.22. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 15.23. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie à parcela ou a totalidade da remuneração.
- 15.24. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.25. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a empresa participante para que seja obtido preço melhor.
- 15.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.
- 15.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para sua continuidade.
- 15.28. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a empresa vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.
- 15.29. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

16. DA HABILITAÇÃO

- 16.1. Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da proposta;
- prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto deste processo seletivo, devidamente registrado no órgão competente; e
- ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

16.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao

seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo seletivo;

- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e a Municipal do domicílio ou da sede da empresa participante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.1.2.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

16.1.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da CBDU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014;

16.1.2.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à CBDU convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, ou revogar o processo seletivo.

16.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão.

16.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) e/ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa participante já forneceu ou fornece, a contento, itens compatíveis, em características e quantidades, ao objeto deste processo seletivo.

a.1) para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a fornecimento de, no mínimo, 20% do quantitativo;

a.2) O(s) atestado(s) deverá (ão) conter: a identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas.

a.3) O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se ao fornecimento objeto de sua atividade econômica principal ou secundária especificado no Contrato Social

Vigente.

- 16.2. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, notas fiscais, dentre outros.
- 16.3. As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:
- a) Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VII.
 - b) Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VIII.
- 16.4. A ausência das declarações indicadas no subitem 16.3, não resultará em desclassificação.
- 16.5. Caso a empresa esteja com algum documento ou informação vencida ou não atualizada, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.
- 16.6. As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.
- 16.7. Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.
- 16.8. O (A) Pregoeiro(a) se reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.
- 16.8.1. A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.
- 16.9. No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstituí-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.
- 16.10. Ensejará a inabilitação da empresa caso não seja possível a confirmação ou sejam insuficientes as informações quanto à regularidade fiscal da empresa participante obtidas através de diligências via internet.
- 16.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 16.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.
- 16.13. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a empresa participante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as empresas participantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da empresa participante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.

- 16.14. É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 16.15. Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.16. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 17.1. Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
 - 18.1.1. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 17.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 17.3. As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 17.4. A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, no prazo estipulado no item 17.1, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.
- 17.5. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 17.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 17.7. Caso não reconsidere sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente para fins de decisão.
- 17.8. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao (a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.
- 17.9. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo seletivo.
- 17.10. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.
- 17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da

CBDU, no seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

- 17.12. Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. O objeto deste Pregão será adjudicado à(s) vencedora(s) pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.
- 18.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

- 19.1. Para formação do cadastro de reserva, as empresas classificadas subsequentemente à empresa vencedora serão convocadas, em sessão, para, no prazo e forma estipulado pelo Pregoeiro, manifestar sua intenção de registro adicional de preço.
- 19.2. Havendo intenção no cadastro de reserva, será solicitado às empresas interessadas em compor o cadastro de reserva, a comprovação de habilitação.
- 19.3. Após a homologação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro das empresas que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no processo seletivo.
- 19.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das empresas participantes ou fornecedores registrados na ata.
- 19.5. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação a empresa mais bem classificada.
- 19.6. Haverá a convocação das empresas que farão parte do cadastro de reserva, nas seguintes hipóteses:
- a) quando a empresa vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 19.7. Na hipótese de nenhuma das participantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a CBDU, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- a) convocar as empresas que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas empresas remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 20.1. Homologado o resultado do processo seletivo, a CBDU convocará a empresa vencedora e, se houver, as empresas que manifestarem intenção de registro adicional em formação de

cadastro de reserva para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos de sua Minuta (Anexo III), conforme dispõe a Política de Compras da CBDU.

- 20.2. Desde que restem interessados, não haverá inviabilidade ou cancelamento da Ata de Registro de Preços caso qualquer das empresas convocadas não compareça, recuse ou desista de assiná-la. Destaque-se que essa medida não impede a aplicação das punições previstas na legislação pertinente.
- 20.3. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 20.4. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.
 - 21.4.1. Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.
- 20.5. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigada a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, fica assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.
- 20.6. A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida conforme percentual previsto na Política de Compras da CBDU, mediante acordo entre as partes.
- 20.7. A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.
- 20.8. O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 20.9. A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.
- 20.10. A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a empresa vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.
- 20.11. Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.
- 20.12. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.
- 20.13. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto deste processo

seletivo.

21. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário -CBDU, é o Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.
- 21.2. As obrigações relativas ao objeto serão formalizadas por meio de Contrato ou outro documento equivalente e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas no Edital e seus Anexos.
- 21.3. Comprovada a hipótese do subitem anterior, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 21.4. A ata de registro de preços poderá ser objeto de adesão por qualquer federação que não tenha participado do processo seletivo, mediante prévia consulta à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – Gerenciador, desde que nas mesmas condições firmadas com a CBDU.
- 21.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
- 21.6. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por federação, a 100% (cem por cento) dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.
- 21.7. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência do registro de preço.
- 21.8. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste processo seletivo.
- 21.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo à CBDU promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 21.10. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.
- 21.11. O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

22. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 22.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.
- 22.2. O Fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado na Ata:
 - a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - b) descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços;
 - c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
 - d) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

- 22.3. Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:
- a) por inadimplência de qualquer das partes;
 - b) falência ou liquidação do fornecedor;
 - c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância da CBDU;
 - e
 - d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.
- 22.4. Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

24. DO PAGAMENTO

- 24.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.
- 24.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
 - b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 24.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.
- 24.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 24.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.
- 24.6. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 24.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 24.8. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

25. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 25.1. A empresa que atrapalhar o andamento do certame, a exemplo de não responder aos chamados no chat ou não enviar a documentação exigida pelo Pregoeiro, será desclassificada e poderá estar sujeita à advertência, cumulada ou não com multa de até 3%

(três por cento) do valor estimado para a presente contratação, a depender da gravidade da conduta da empresa.

25.1.1. No caso de aplicação da penalidade mencionada no subitem anterior, a empresa será notificada para apresentar defesa, em obediência ao princípio do contraditório.

25.2. A empresa participante que recusar, injustificadamente, em assinar a ata de registro de preço, o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e poderá sujeitar-se às seguintes penalidades:

- a) Perda do direito à contratação;
- b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, quando for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas;
- c) Suspensão do direito de participar dos processos seletivos ou contratar com a CBDU, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

25.3. A empresa perderá o direito de contratar com a CBDU nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo seletivo ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo seletivo; e
- d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

25.4. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CBDU poderá aplicar à futura Contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços; e
- c) Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, quando não mantiver a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

- 25.5. As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem a licitação, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.
- 25.6. Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 25.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.
- 25.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

26. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 26.1. A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.
 - 26.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço, do contrato ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.
- 27.2. A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.
- 27.3. O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e na plataforma da BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.
- 27.4. Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.
- 27.5. Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
- 27.6. A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.
- 27.7. A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pelo fornecimento e/ou prestação do serviço nas condições oferecidas.
- 27.8. É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão às empresas participantes, sempre que possível.
- 27.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto

de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

28. ANEXOS

28.1. São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Planilha de composição de preços (Modelo de proposta)
Anexo III	Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP/MEI
Anexo IV	Modelo de atestado de capacidade técnica
Anexo V	Ficha de cadastro do fornecedor
Anexo VI	Modelo de declaração de implementação de manual de compliance
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preço
Anexo VIII	Minuta do Contrato (quando couber)
Anexo IX	Ordem de Compra e Serviço

29. DO FORO

29.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 26 de junho de 2025.

Alim Maluf Neto

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1. Aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) tem por missão promover, incentivar e organizar o esporte universitário em âmbito nacional, por meio da realização de eventos esportivos, programas de fomento e campanhas institucionais. Para fortalecer sua identidade visual e ampliar sua visibilidade junto ao público-alvo — atletas, instituições de ensino, patrocinadores e comunidade acadêmica —, é imprescindível a aquisição de materiais de merchandising.
- 1.2. Os materiais de merchandising, como lonas de quadra e testeiras, prismas em poliônda, adesivos de piso, banners roll-up, entre outros, exercem papel estratégico na ambientação dos espaços, na sinalização dos eventos e na consolidação da marca institucional da CBDU. Esses itens não apenas reforçam a comunicação visual, como também conferem maior visibilidade aos patrocinadores e parceiros, agregando valor às competições e contribuindo para a profissionalização e credibilidade das ações promovidas.
- 1.3. A padronização estética proporcionada por esses materiais melhora significativamente a experiência dos participantes e do público em geral, criando ambientes visualmente organizados, atrativos e impactantes. Além disso, a aplicação de elementos visuais bem posicionados facilita a orientação, a sinalização e o engajamento do público, promovendo maior integração e interatividade durante as atividades.
- 1.4. Ressalta-se que a necessidade de contratação de tais materiais decorre da revogação do Pregão Eletrônico nº 10/2025, cuja proposta da empresa detentora do menor preço não apresentou vantajosidade à CBDU, conforme avaliação técnica e jurídica. A nova contratação visa atender à demanda remanescente de lonas, com base em parâmetros atualizados e compatíveis com os valores de mercado recentemente praticados no âmbito da própria CBDU, conforme verificado no Pregão Eletrônico nº 07/2025.
- 1.5. A contratação de empresa especializada, com capacidade técnica comprovada e experiência na produção de materiais de comunicação visual, é essencial para garantir qualidade, durabilidade e conformidade com as diretrizes de identidade visual da entidade. Além disso, a seleção de fornecedor qualificado contribui para o cumprimento de prazos e a entrega dos materiais conforme especificações técnicas previamente definidas, assegurando eficiência na execução das ações.
- 1.6. Diante disso, a aquisição de materiais de merchandising apresenta-se como medida indispensável à adequada execução dos eventos esportivos da CBDU, promovendo não apenas a valorização do esporte universitário, mas também o fortalecimento institucional da Confederação e a ampliação do alcance e impacto de suas iniciativas no cenário esportivo nacional.

3. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

- 3.1. Nos termos da Política de Compras da CBDU, consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, logo os itens mencionados podem ser considerados bem de natureza comum.
- 3.2. Por se tratar de bem comum e, sobretudo, visando ampliar a competitividade e auferir maior economia para a CBDU, a modalidade adotada no processo em pauta será o Pregão Eletrônico.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 4.1. A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para a referida aquisição encontra amparo no parágrafo único do art. 61 da Política de Compras da CBDU:

Parágrafo único. O registro de preços poderá ser adotado sempre que houver necessidade de contratações frequentes, entrega parcelada, atendimento às demandas da CBDU e suas filiadas, ou quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, inclusive bens e serviços de informática.

- 4.2. A opção em questão tem como um de seus objetivos principais, o princípio da economicidade, pois diferentemente do processo convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.
- 4.3. Em síntese, as vantagens do SRP, são os seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, houver expectativa de crédito orçamentário futuro, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da CBDU, reduzindo assim, o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da organização na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações, coadunando com o objetivo da pretensa contratação.

5. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 5.1. Os atos administrativos pertinentes ao processo seletivo reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES, QUANTITATIVOS

- 6.1. As especificações contendo o descritivo, quantidade dos itens, seguem descritas abaixo:

Nº	ITEM	Descritivo	Unidade	Qtd. Estimada
1	Lonas de quadra e testeiras	Lona fosca e blackout impressa com acabamento em ilhós a cada 0,20cm em todo o entorno com reforço. trama de 1000X1000 fios, 650 gramas.	m²	27000

- 6.2. Todos os itens deverão ser de boa qualidade e em absoluta conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.3. Os produtos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, intactos, sem danificações ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

- 6.4. Todas as despesas com embalagens, seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega dos produtos correrão por conta da contratada.
- 6.5. Os produtos serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo do período.
- 6.6. A CBDU não está obrigada a adquirir o quantitativo indicado, reservando-se ao direito de solicitar a quantidade de acordo com suas necessidades.

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1. Os produtos serão fornecidos de acordo com as necessidades da CBDU, após a solicitação, devendo ser entregue impreterivelmente dentro do prazo estipulado pela CBDU a cada solicitação.
- 7.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da CBDU em Brasília/DF, localizada no endereço: SGAN 905, conjunto D – Asa Norte – Brasília/DF, CEP: 70.790-054, na data solicitada na Ordem de Compras e Serviços.
 - 7.2.1. Poderá haver mudança no local de entrega, sendo informado ao fornecedor em tempo hábil, sem ônus para a CBDU.
- 7.3. O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias corridos após a solicitação.
 - 7.3.1. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela CBDU, devendo a solicitação ser encaminhada à CBDU até 24 (vinte quatro) horas antes do término do prazo indicado acima.
- 7.4. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Ordem de Compras e Serviços, não sendo permitidas entregas parceladas, sob pena de devolução dos produtos incompletos, bem como, poderá ser aplicado às penalidades previstas no edital.
- 7.5. A simples entrega do(s) produto(s) objeto(s) da autorização/solicitação não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pela CBDU.
- 7.6. A CBDU disponibilizará funcionário para o recebimento e conferência dos materiais. Nesta fase, se forem constatadas quaisquer irregularidades, será concedido prazo de até 02 (dois) dias para que seja providenciada a respectiva substituição.
- 7.7. A CBDU poderá recusar o recebimento do produto, caso não esteja de acordo com as especificações técnicas, sem prejuízo das penalidades previstas no edital.
- 7.8. O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos serviços/materiais, nem ético- profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.
- 7.9. Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a empresa vencedora deverá proceder à substituição sem qualquer ônus para a CBDU e dentro do prazo informado pela Confederação, ou demonstrar improcedência da recusa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento de comunicação.
- 7.10. Havendo a necessidade de substituição, a empresa providenciará, através de representante credenciado, a retirada do material da sede da CBDU, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento de comunicação.
- 7.11. A empresa participante estará sujeita às disposições contidas no Código de Defesa do

Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) pelos defeitos ou vícios aparentes ou ocultos encontrados nos produtos que serão fornecidos.

8. DA PROPOSTA DE PREÇO

- 8.1. No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto.
 - 8.1.1. Quaisquer tributos, despesas e custos omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, ainda que não tenham causado a desclassificação da proposta por preço inexecutável. Nestes casos, a CBDU não deferirá pedidos de acréscimo, devendo a empresa vencedora prestar os serviços e/ou fornecer os materiais sem ônus adicionais.
- 8.2. O participante deverá encaminhar proposta de preços com a descrição do objeto e o preço apresentando o valor unitário e global do item de acordo com o Termo de Referência (TR).
- 8.3. A empresa participante deverá enviar o catálogo do produto ofertado, constando modelo, marca (quando couber) e especificações.
- 8.4. O preço ofertado deve ter a inclusão dos tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes do TR.
- 8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a empresa participante.
- 8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.7. A validade da proposta deverá ser de 90 dias.

9. DAS AMOSTRAS

- 9.1. A empresa participante que ofertar o menor preço **poderá** ser convocada a apresentar amostra dos itens cotados para análise e aprovação da CBDU.
- 9.2. Em sendo solicitada, deverá ser apresentado 01 (uma) amostra, devendo o ônus do envio ser de total responsabilidade da empresa participante.
- 9.3. A reprovação das amostras apresentadas não impede a convocação das empresas remanescentes, obedecida a ordem de classificação.
- 9.4. A entrega das amostras deverá acontecer na sede da CBDU em Brasília, localizada na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília – DF, CEP.: 70.790-054, em até 5 (cinco) dias após a solicitação formal.
- 9.5. A empresa participante que não apresentar as amostras no prazo estabelecido no item 9.4 será desclassificada, e será procedida a convocação da próxima empresa, seguindo a ordem de classificação.
- 9.6. A amostra aprovada ficará retida para servir de comparativo do item a ser entregue. As amostras reprovadas deverão ser retiradas pela empresa participante em até 05 (cinco) dias após o recebimento do comunicado de reprovação. Caso não sejam retiradas no prazo, serão descartadas.
- 9.7. O quantitativo das amostras aprovadas será descontado do total de produtos a serem

entregues pela vencedora.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento será o menor preço por item.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

11.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme restará disciplinado no edital.

11.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

11.3. Para fins de comprovação de qualificação técnica a empresa participante deverá comprovar mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa participante já forneceu ou fornece, a contento, produtos compatíveis, em características e quantidades, ao objeto do processo seletivo.

11.3.1. para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito ao fornecimento de, no mínimo, 20% do quantitativo;

11.3.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica, deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da proponente; descrição clara dos serviços prestados; satisfação do cliente com a prestação dos serviços.

11.4. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CBDU

12.1. São obrigações da CBDU:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Efetuar o pagamento devido, segundo as condições estabelecidas.
- d) Oferecer informações à CONTRATADA, sempre que necessárias para execução do contrato.
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada entregar fora das especificações do Edital;
- f) Fiscalizar a execução do contrato ou outro documento equivalente, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- g) Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

12.2. A CBDU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados,

prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Caberá a empresa vencedora, a partir da autorização para fornecimento, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do bom e perfeito fornecimento do objeto;
- b) entregar todos os produtos, novos e de primeira qualidade, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização.
- c) assumir a responsabilidade por todos os custos e despesas diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras para a execução plena deste fornecimento;
- d) responder pelos danos causados diretamente à CBDU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CBDU;
- e) entregar os itens no local indicado pela CBDU, assumindo todas as despesas do transporte;
- f) efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo indicado pela administração da CBDU;
- g) comunicar a administração da CBDU qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- h) manter, durante toda a execução do contrato ou outro documento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo seletivo;
- i) apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- j) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou outro documento equivalente;
- k) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- l) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- m) prever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência;
- n) indicar responsável da empresa para tratar com a CBDU;
- o) responsabilizar-se pelos prejuízos financeiros decorrentes da falha no fornecimento do produto.
- p) prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento, inclusive

considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

13.2. A CONTRATADA se compromete ainda a:

- a) observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- b) garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;
- c) garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
- d) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- e) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- f) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
- g) sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
- h) garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
- i) notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

13.2.1. O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá à CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

13.2.2. Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

13.2.3. Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

13.2.4. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

13.2.5. Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

13.2.6. A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no certame original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato ou outro documento equivalente; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CBDU à continuidade do contrato.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A fiscalização do contrato caberá ao profissional designado como Fiscal do Contrato, que manterá contato com o preposto a ser indicado pela Contratada. O fiscal se reserva o direito de rejeitar qualquer produto da Contratada, que não esteja em conformidade ou não corresponda ao padrão preestabelecido.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, conforme solicitado na Ordem de Compras e Serviços, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

17.2. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.4. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 17.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato ou outro documento equivalente, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
 - 17.7.1. Será rescindido o contrato ou outro documento equivalente em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 17.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.9. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.
- 17.10. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 17.11. **A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.**
- 17.12. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

18. DO REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.
- 18.2. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da vigência contratual em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 18.3. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DA ADESÃO A ATA DE REGISTO DE PREÇOS

- 19.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo, mediante anuência do órgão gerenciador.

20. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

- 20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as empresas participantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da empresa vencedora;

- 20.2. Para registro adicional de preços das demais empresas participantes, será exigido à análise das documentações de habilitação;
- 20.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação a empresa vencedora;
- 20.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da empresa vencedora;
- 20.5. O registro adicional tem por objetivo o cadastro reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços.

21. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo, será de 12 (doze) meses, contando da data da assinatura por parte da CONTRATADA, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que a pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 22.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. As sanções encontram-se dispostas no Edital e no contrato ou outro documento equivalente.
- 23.2. As penalidades previstas no edital e no contrato ou outro documento equivalente não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

24. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 24.3. Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, será observada em todas as fases do processo seletivo as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, em atenção à Política de Compras da CBDU.
- 24.4. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, preferencialmente, na medida do possível, ater-se às diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. A CONTRATANTE poderá realizar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitados os limites da Política de Compras da CBDU e suas alterações, tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) da(s) contratada(s).
- 25.2. Em caso de rescisão do contrato que vier a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver o melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas realizadas pelas obrigações assumidas até a data da rescisão.

PAULO CESAR F. SFILHO

Diretor de Integração

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

ANEXO II – MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolvem os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

DADOS DA EMPRESA:

- a. RAZÃO SOCIAL:
- b. CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- c. REPRESENTANTE E CARGO:
- d. CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- e. ENDEREÇO e TELEFONE:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	UNIDADE ESTIMADA	QTD. ESTIMADA	UNITÁRIO	TOTAL
1	Lonas de quadra e testeiras	Lona fosca e blackout impressa com acabamento em ilhós a cada 0,20cm em todo o entorno com reforço. trama de 1000X1000 fios, 650 gramas.	m²	27000		

Obs.: A proposta deverá conter obrigatoriamente **VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL.**

CONDIÇÕES GERAIS

1. Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº. 15/2025 e seus Anexos.
 2. O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
 3. Prazo de validade da proposta:
 4. Dados Bancários: Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:
- A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

ANEXO III - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE

A pessoa jurídica _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Sr.^a _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para qualificação como **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, portanto, apta a participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025** e usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Assinatura, qualificação e carimbo (opcional)

- Representante Legal -

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU..

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____,
estabelecida no (a) _____, fornece (ou
forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa
foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone
comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU..

ANEXO V - FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

 CADASTRO DE FORNECEDOR	
Fornecedor: () Bens () Serviços () Ambos	
CNPJ/CPF:	
Razão Social:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	UF:
CEP:	
Telefone:	
FAX:	
E-mail:	
Responsável para Contato:	
Telefone do Responsável:	
E-mail do Responsável:	
Banco:	Agencia: Conta Corrente:
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Atividade Econômica:	
Cooperativa: () Sim () Não	
Empresa Simples ou Retenções?	
Empresa Simples:	Sim Não
(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)	
INSS:	Sim Não Isento-Nº Inscrição
ISS:	Sim Não
IR:	Sim Não
PIS:	Sim Não
COFINS:	Sim Não



CONFEDERAÇÃO
BRASILEIRA
DO DESPORTO
UNIVERSITÁRIO

100 ANOS
1925

CSLL		Sim	Não
Outras:			
OBS:			
Declaro serem verídicas as informações acima. Assinatura e nome do representante legal:			



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal

(Nome e cargo do representante legal da empresa)

Nome da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU..

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

Pelo presente instrumento, a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Presidente **ALIM MALUF NETO**, em face do Pregão Eletrônico SRP nº 15/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, doravante denominada(s) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidades previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **Política de Compras da CBDU**, devendo ser observadas as bases e os fornecimentos ora indicados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preço para eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU**, estando vinculada a ela todas as regras, condições e demais anexos que compõem o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 15/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

Parágrafo primeiro – Os fornecedores registrados são os abaixo listados, na ordem de classificação:

EMPRESA	CNPJ	RESPONSÁVEL LEGAL	E-MAIL E TELEFONE

Parágrafo segundo – A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Empresa:						
Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UN	VL UNITARIO	VL TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e a contratada será responsável por cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto do Pregão Eletrônico SRP XX/2025.

Parágrafo único - A Ata de Registro de Preços com a vencedora e com as empresas que manifestaram o interesse no cadastro de reserva não será assinada se estas não cumprirem as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA e ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário** é a responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Parágrafo primeiro – As obrigações relativas ao objeto são aquelas formalizadas no Edital e seus Anexos e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas nesta Ata, no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo segundo – A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por qualquer federação, desde que nas mesmas condições firmadas com a CBDU.

Parágrafo terceiro – O Aderente informará ao Gerenciador o seu interesse em aderir ao registro de preço.

Parágrafo quarto – O Gerenciador indicará ao Aderente os quantitativos de bens previstos no instrumento convocatório, o fornecedor, as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.

Parágrafo quinto – As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.

Parágrafo sexto – As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

Parágrafo sétimo – O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens e/ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizados durante a vigência do registro de preço.

Parágrafo oitavo – O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

Parágrafo nono – O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

Parágrafo décimo – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, mediante a anuência do fornecedor, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

Parágrafo primeiro - Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

Parágrafo segundo - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigada a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de

Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, ficará assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo terceiro - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

Parágrafo quarto - O instrumento contratual de que trata o parágrafo anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACRÉSCIMO E DO REAJUSTE

A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, de seu quantitativo inicialmente registrado, mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Primeiro - A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

Parágrafo Segundo - O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro - O Fornecedor terá seu registro de preços cancelado na Ata:

- a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) por iniciativa da CBDU, quando o fornecedor descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços; não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

Parágrafo segundo - Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

Parágrafo terceiro - O não cumprimento de qualquer condição constante do Edital e de seus Anexos importará no seu cancelamento imediato, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo quarto - Ficarà a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação do fornecedor;

- c) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.

Parágrafo quinto – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CBDU à continuidade do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Parágrafo único - É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses de adesão por outra federação.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O Órgão GERENCIADOR fará publicar a presente Ata na página da CBDU e na plataforma BBMNET, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo primeiro – As Partes declaram que os dados pessoais coletados para a execução da presente Ata serão utilizados com a estrita finalidade de cumprimento do objeto, em completa observância com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo segundo - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência da Ata, após o qual serão permanentemente excluídos.

Parágrafo terceiro - Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico 15/2025 – CBDU e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata e demais documentos do processo seletivo.

Parágrafo quarto - Nos casos omissos, será usado o Código Civil para dirimir qualquer dúvida relativa a este Termo de Registro de Preço.

Parágrafo quinto - Todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários referentes ao fornecimento correrão exclusivamente por conta do fornecedor registrado, não tendo a CBDU qualquer vínculo trabalhista direto ou indireto com os seus funcionários.

Parágrafo sexto – O fornecedor registrado concorda em tratar e manter sob sigilo todas as informações compartilhadas em decorrência do fornecimento, na mesma medida e grau de diligência que dispensam às suas próprias informações confidenciais, não revelando, por ação ou omissão, quaisquer informações obtidas durante os trabalhos, sem o prévio e expresso consentimento da CBDU.

Parágrafo sétimo – O termo “informações” abrangerá toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível e outras informações técnicas, financeiras e comerciais.

Parágrafo oitavo – O fornecedor registrado e seus sucessores responsabilizar-se-ão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham a causar à imagem da CBDU e/ou a terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem de acordo, assinam, digital/eletronicamente, o presente instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido ao FORNECEDOR REGISTRADO a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

FORNECEDOR REGISTRADO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2025

Pelo presente instrumento, a **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente **ALIM MANULF NETO** de um lado, e do outro, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual n.º XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX.XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XX/2025, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único – A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UN	VL UNITARIO	VL TOTAL

Parágrafo primeiro – A quantidade prevista nesta Cláusula é estimada e, portanto, a solicitação dar-se-á de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, mediante a emissão da Ordem de Compra e Serviços.

Parágrafo segundo – Nos valores acima, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, tais como fretes, tributos, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outras despesas necessárias à prestação do serviço, objeto deste Contrato.

Parágrafo terceiro – Os itens deverão ser entregues conforme previsão constante no Termo de Referência, documento integrante a este contrato.

Parágrafo quarto – Havendo a necessidade da entrega ser realizada em local diverso do indicado no Termo de Referência, o mesmo deverá ser realizado sem ônus para a CBDU.

Parágrafo quinto – Os produtos serão solicitados, de acordo com a necessidade da CBDU, devendo a CONTRATADA proceder com a entrega no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a solicitação da CBDU.

Parágrafo sexto – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela CBDU. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela CBDU, devendo a solicitação ser encaminhada à CBDU até 24 (vinte quatro) horas antes do término do prazo indicado acima.

Parágrafo sétimo – A entrega deverá conter a quantidade total solicitada na Ordem de Compras e Serviços, não sendo permitidas entregas parceladas, sob pena de devolução dos produtos incompletos, bem como, poderá ser aplicado às penalidades previstas no edital e neste contrato.

Parágrafo oitavo – Se, após o recebimento, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Parágrafo nono – O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos materiais, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Parágrafo décimo – Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a empresa vencedora deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a CBDU e dentro de prazo informado pela CBDU, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento de comunicação.

Parágrafo décimo primeiro – Havendo necessidade de substituição, a empresa providenciará, através de representante credenciado, a retirada do material na sede da CBDU, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento de comunicação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;
- b) Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Efetuar o pagamento devido, segundo as condições estabelecidas.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a contratada entregar fora das especificações do Edital;
- e) Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;
- f) Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos

provisoriamente com as especificações constantes no edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Parágrafo único - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a empresa vencedora, a partir da autorização para fornecimento dos materiais, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) cumprir todas as obrigações constantes neste termo e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) entregar todos os produtos, novos e de primeira qualidade, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos mesmos pela fiscalização.
- c) assumir a responsabilidade por todos os custos e despesas diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras para a execução plena deste fornecimento;
- d) zelar pela qualidade do objeto entregue, e pelos prazos aqui determinados;
- e) responder pelos danos causados diretamente à CBDU ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a
fiscalização ou o acompanhamento pela CBDU;
- f) entregar os itens no local indicado pela CBDU, assumindo todas as despesas do transporte e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada;
- g) efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo indicado
pela CBDU;
- h) comunicar à CBDU qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- i) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo seletivo;
- j) apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;
- k) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- l) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,
comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e

- quaisquer
- outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- m) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
 - n) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
 - o) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - p) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - q) indicar o responsável da empresa para tratar com a CBDU.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA se compromete ainda a:

- j) observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- k) garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;
- l) garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
- m) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- n) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- o) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
- p) sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
- q) garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
- r) notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

Parágrafo segundo – O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá à

CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

Parágrafo terceiro – Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

Parágrafo quarto – Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo quinto – O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo sexto – Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Instrumento será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro – O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo segundo – Expirado o prazo estabelecido, e caso não haja interesse em sua renovação, expressamente manifestado, os serviços efetivamente prestados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo terceiro – Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação da CONTRATADA;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE; e

- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da CONTRATADA, devidamente comprovada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços; e
- c) Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não manter a Proposta Financeira apresentada, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

Parágrafo primeiro – As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem o processo seletivo, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.

Parágrafo segundo – Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

Parágrafo terceiro – Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

Parágrafo quarto – Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

Parágrafo quinto – As penalidades previstas neste Contrato e no Edital e seus anexos não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

Parágrafo sexto – Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

Parágrafo sétimo – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

Parágrafo primeiro – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo segundo – O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.

Parágrafo terceiro – Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo quarto – Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

Parágrafo quinto – A CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo sexto – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo sétimo – A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – A cada pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a) constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e
- b) o prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo nono – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O presente Contrato não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo primeiro – Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

Parágrafo segundo – Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo quarto – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor de Integração, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Para todos os efeitos legais, dá-se ao presente o valor anual de R\$ XXXXX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos e supressões, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite previsto na Política de Compras, mediante justificativa e termo aditivo.

Parágrafo primeiro – Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

Parágrafo segundo – Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

Parágrafo terceiro – Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo quarto – Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo quinto – Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a

rescisão do contrato.

Parágrafo sexto - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, será observada em todas as fases do processo seletivo as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, em atenção à Política de Compras da CBDU.

Parágrafo sétimo - Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, preferencialmente, na medida do possível, ater-se às diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2025

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de lonas, visando atender as necessidades da CBDU.

ANEXO IX - MINUTA DA ORDEM DE COMPRAS E SERVIÇOS

(nos casos em que não houver formalização de contrato)

Ordem de Compras e Serviços nº XXXX

Prestador: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Documento Interno de Referência: Aquisição de lonas

Ref.: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Descrição do pedido:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Valor total: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

Dados para Faturamento:

Confederação Brasileira do Desporto Universitário

CNPJ: 42.467.787/0001-46

CF/DF: 07.355638/001-67

Endereço: SGAN 905 Conjunto D – Asa Norte – Brasília/DF

CEP: 70.790-054

****Encaminhar Nota Fiscal para os e-mails: allison.carvalho@cbdu.org.br e compras@cbdu.org.br*

Pagamento:

1. O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta, ou qualquer outro meio idôneo adotado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente até o fim da prestação do serviço, devendo ser efetuada a retenção na fonte atestada (responsável pelo recebimento), no prazo de até 30 dias, e dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.
2. A CBDU utiliza de recursos de origem pública para o desenvolvimento de suas

atividades, assim, o pagamento estará condicionado à validade das seguintes certidões na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura: Certidão de Débito Trabalhista; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Consulta Regularidade do Empregador; e Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

3. A **forma de pagamento** para esta Ordem será: xxxxxxxxxxxxxxx.
4. Vincula-se a esta Ordem de Compras e Serviços o Edital e seus anexos bem como a proposta da empresa, independente de transcrição.

Brasília/DF, xxxxxxx de xxxxxxxxxxxx de 2025

Assinatura

Responsável pela emissão da Ordem de Compras e Serviços